

**Discurso do Presidente da Câmara Municipal de Bragança**  
**- Inauguração do Centro de Ciência Viva de Bragança – 30 de Junho de 2007 -**

Senhor Ministro da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, Excelência  
Senhora Directora da Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica  
Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
Senhor Governador Civil  
Senhores Presidentes de Câmara e senhores Alcaldes  
Excelência Reverendíssima  
Senhor Presidente do IPB  
Autoridades Militares,  
Caros convidados,  
Comunicação Social

1. Partilhamos este momento de inauguração do Centro Ciência Viva, projecto que se assume como uma marca urbana de qualidade arquitectónica, de integração paisagística, de recuperação da memória e identidade, dotado de importantes recursos de conhecimento tendo como objectivo, estimular o aumento da cultura científica e tecnologia dos cidadãos. A decisão relativa à orientação para a tipologia de conteúdos a incluir no Centro, não deixa margem para dúvida, Bragança pretende consolidar uma marca de diferenciação que potencie, a associação da história, da identidade e o ambiente, na construção de um percurso de vida saudável e sustentável.

Senhor Ministro a presença e apoio de V. Exa. neste dia cheio de simbolismo, pela natureza da obra inaugurada e, particularmente, pelo facto de este evento coincidir com a conclusão de todas as intervenções previstas no Plano Estratégico da Intervenção Polis, constitui para nós motivo de expressiva satisfação, por isso, o nosso reconhecimento, por connosco partilhar este dia que ficará inscrito na história de Bragança.

2. Foi positiva a jornada iniciada a 19 de Abril de 2000, com a assinatura de protocolo entre o Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território com vista à implementação do Programa Polis em Bragança, a mais relevante intervenção de requalificação urbanística e ambiental alguma vez feita na cidade. Nessa altura, o Rio Fervença era praticamente inacessível, um canal de esgotos, um depósito de lixo. Sem a intervenção Polis não seria possível ter chegado tão longe, Bragança não teria qualidade e imagem tão positivas, que lhe asseguram com regularidade lugar nas primeiras posições em processos de avaliação à qualidade de vida nas cidades.

Fazendo um confronto, entre o antes e a situação actual, reconhecemos as fortes transformações, a evolução positiva da imagem urbana de Bragança, fruto de uma boa parceria

com a Administração Central, do esforço e da inteligência de tantos cidadãos, empresas e instituições que de alma e coração se dedicaram a fazer bem, desde a decisão política, à concepção dos projectos, à execução, fiscalização e gestão, aplicando conscientemente os recursos públicos e privados, e por isso só podemos publicamente manifestar a nossa satisfação, agradecer a todos o resultado conseguido e o esforço realizado.

Bragança orgulha-se do trabalho de afirmação que os cidadãos empresas e instituições têm vindo a concretizar, apesar das dificuldades resultantes do duplo efeito de fronteira e de ser ainda um território encravado, olha em frente e encara o futuro com confiança. Orgulha-se de ser herdeira do nome de uma vasta região do Nordeste Transmontano, cujos vestígios remontam ao período da Pré-História, de ser uma das dez mais antigas cidades de Portugal, de ter sido a cidade do terceiro ducado português e de ter dado o nome à IV Dinastia do Reino.

3. Muitas foram as pessoas que, com elevado entusiasmo e empenho profissional, abraçaram um vasto projecto de desenvolvimento de Bragança, no qual a intervenção Polis assumiu destaque e, por isso, em determinados momentos públicos o reconhecimento é uma obrigação. Assim, pretendo, ao então Ministro do Ambiente, Eng.º José Sócrates, ao então Coordenador Nacional do Programa Polis, Eng.º Nunes Correia e equipe central do programa, a todos os que integraram o Conselho de Administração da BragançaPolis, da Assembleia Geral, da Comissão de Acompanhamento, projectistas, responsáveis directos pelas equipas de gestão, fiscalização, empresas construtoras e todos os colaboradores directos da BragançaPolis e Câmara Municipal, dirigir uma palavra de profundo agradecimento.

Em dado momento, foi possível associar à intervenção Polis a construção do Centro Ciência Viva inserindo neste conceito, o Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental, projecto que não dispunha de verbas suficientes na intervenção Polis, e que viria a ganhar viabilidade com a decisão de construir o Centro Ciência Viva, aproveitando o local da antiga Central Hidroeléctrica e um antigo moinho.

O Projecto do Centro Ciência Viva é marca de qualidade, por conciliar a recuperação de património e a modernidade arquitectónica e tecnológica, a integração urbana numa envolvente de excelência, requalificada em intervenção recente, e pelos conteúdos, vertente em que o projecto adquire evidente mais valia, processo assegurado pela equipe da YDreams, e pelos colaboradores directos da Dr.ª Rosália Vargas, que neste âmbito assumiu uma aposta pessoal a favor da qualidade do projecto.

A sua aposta de bem-fazer, a permanente partilha e reflexão com a Câmara Municipal nas orientações relativas aos conteúdos do Centro Ciência Viva, no sentido de que estes deveriam reflectir uma aposta estratégica diferenciadora e alinhada com a visão futura de Bragança, são a prova de que a Dr.ª Rosália Vargas não esquece as suas raízes, o nosso sincero e permanente reconhecimento e os melhores êxitos.

Reconheço à equipe de colaboradores da Dr.<sup>a</sup> Rosália Vargas, o elevado empenho em todas as fases do projecto, em particular da Dr.<sup>a</sup> Susana e equipa da YDreams.

Na definição de conteúdos para a Casa da Seda, contribuiu o estudo “ História da Indústria da Seda em Trás-os-Montes”, realizado pelo Professor Fernando de Sousa, trabalho encomendado pela empresa BragançaPolis, e que de seguida, será apresentado pelo autor e editora Edições Afrontamento, obra de referência, que acrescenta à história social e económica de Bragança da região e do país.

Aos elementos da Direcção da Associação Ciência Viva de Bragança (que integra a Câmara Municipal, a Agência Nacional para a Ciência e Tecnologia e o Instituto Politécnico de Bragança), que agora assumem em pleno a direcção do projecto, também o agradecimento pelo trabalho, merecedor de um voto de confiança, e um incentivo, extensivo aos novos colaboradores, no sentido de assegurarem bom trabalho, dirigido aos cidadãos em geral e, em particular, aos alunos e professores das escolas de Trás-os-Montes e concelhos fronteiriços da Província de Zamora.

4. O investimento global, edifícios, acessos e conteúdos (estes a cargo da Associação Centro Ciência Viva de Bragança), foi de três milhões e meio de euros. Os Projectos e uma pequena parte das obras foram realizados pela sociedade BragançaPolis, tendo a sua finalização, acessos e arranjos da área envolvente sido concluídas directamente pela Câmara Municipal, faltando instalar uma mini-hídrica, processo que irá integrar os conteúdos e recuperar parte significativa da história associada a este local.

Ter presente a história é essencial para melhor compreendermos a vida, por isso importa fazer uma breve alusão à antiga central hidroeléctrica, desactivada há anos e que deu lugar a esta referência de arquitectura, local de aprendizagem científica, tecnológica e ambiental.

No final do século XIX, início do século XX, a iluminação pública a petróleo, considerada defeituosa e anti-higiénica, deu lugar à iluminação eléctrica, tendo-se iniciado o processo de iluminação das vilas e cidades. Bragança, no ano de 1906, ainda era iluminada por uma débil rede de lamparinas com funcionamento a petróleo, os candeeiros apagavam-se antes da meia-noite e nas noites de luar não eram acessos para poupar petróleo. A Câmara Municipal, em reunião de 8 de Novembro de 1906, decidiu abrir concurso para a concessão da iluminação eléctrica da cidade, com aproveitamento da queda de água no rio Fervença, zona dos Batocos. O concurso ficou deserto mais do que uma vez, tendo sido feitas várias tentativas, sem êxito, de ajuste directo.

A discussão de soluções alternativas, mudanças de executivo camarário, a revolução de 1910 e outras situações fizeram com que o problema da contratação se arrastasse até 16 de Fevereiro 1912. A construção da Central dos Batocos, canal, barragem e restantes obras deveriam ser executadas em dois anos. Problemas diversos e o início da 1.<sup>a</sup> Grande Guerra, para a qual foi mobilizado o engenheiro electricista, concessionário da iluminação, e a falta de recursos fizeram

com que só a 22 de Dezembro de 1921, passados 15 anos, tivesse sido inaugurada a iluminação pública a electricidade, obras dirigidas pelo Eng.<sup>o</sup> francês Lucien Guerche.

Passaram, ainda, algumas décadas, até que muitos dos cidadãos das nossas aldeias pudessem aceder a este benefício, o que para muitos só aconteceu após o 25 de Abril de 1974, mais de três quartos de século depois de Lisboa.

No local onde existiu a primeira central hidroeléctrica, que foi fonte de energia e de esperança para muitos Bragançanos, está hoje este moderno Centro Ciência Viva, que permitirá aos alunos, professores, e cidadãos em geral aceder, de forma privilegiada, ao conhecimento científico, fazendo-o de forma interessante e interactiva, em condições que não são significativamente desfasadas no tempo e não são inferiores aos dos maiores centros urbanos. Este equipamento é, hoje, também, uma fonte de energia e de confiança, para uma visão de desenvolvimento sustentável, assente na inovação em áreas ligadas ao ambiente, às energias alternativas, ao planeamento verde.

5. Senhor Ministro, pretendo apresentar a Vossa Excelência uma preocupação que tem a ver com o Instituto Politécnico e um pedido de apoio para novos projectos, salientando alguns indicadores relativos à evolução de Bragança. No ano de 1970, a população da cidade era de 9175 habitantes, hoje tem acima de 25 000; 65% da população ocupava-se na agricultura, hoje mais de 70% ocupa-se no sector de serviços; no ensino, 7,5% da população era detentora do ensino obrigatório, hoje é superior a 60%; 1,1% das pessoas estavam habilitadas com o ensino superior, hoje esse valor é superior a 16%; em termos de índice de poder de compra, em 2002, o valor era de 97,86% da média nacional e Bragança ocupava a 11<sup>a</sup> posição de entre as capitais de distrito e a 9<sup>a</sup> posição de entre os municípios da Zona Norte.

Esta evolução bastante positiva está inquestionavelmente associada à criação do Instituto Politécnico. A criação do IPB foi a decisão mais importante, para o Interior Norte, tem-se revelado como aquela que mais e melhores resultados têm representado para a economia do Concelho, pela criação directa de emprego público, de emprego privado por via indirecta na área dos serviços, pela qualificação das instituições e, principalmente, pelos resultados futuros, que serão proporcionados devido à qualificação dos recursos humanos. Muitos jovens da região não teriam acedido ao ensino superior, por dificuldades de recursos dos familiares, se não tivessem próximo de casa uma opção de continuação dos seus estudos.

Estruturar e desenvolver os projectos das Instituições e conseguir bons resultados não é fácil. Conseguir-lo no Interior Norte de Portugal, é uma missão ainda mais difícil. Por isso, Senhor Ministro, sabendo que valoriza o esforço que o IPB tem vindo a fazer, solicito a correcção de uma injustiça.

Nos últimos sete anos ao IPB não foram atribuídas verbas para investimento e a instituição precisa fechar este ciclo, construindo o edifício dos serviços centrais, obra para a qual foi realizado concurso há sete anos e que não pode adjudicar por falta de verbas, a construção de

um espaço para a Associação Académica, a melhoria das instalações da Escola Superior de Saúde, e da Escola de Mirandela.

A instituição necessita concluir os investimentos para concentrar toda a energia na consolidação do número de alunos em regime normal, desenvolver novos desafios, indo ao encontro das necessidades de formação para cidadãos na vida activa, aproximar-se das empresas, da actividade económica em geral, fortalecer a rede de cooperação institucional.

Senhor Ministro, o IPB por estar inserido num meio empresarial muito frágil, está exposto e em situação de elevada vulnerabilidade, por não poder rapidamente especializar-se e enfrentar dois enormes desafios que se avizinham e que parecendo política e socialmente correctos, colocam sérios riscos à Instituição: a anulação do número clausus no acesso ao Ensino Superior e o aprofundamento do sistema binário entre o Ensino Politécnico e o Ensino Universitário.

Quanto ao primeiro, e concentrando-se, por razões erradas, cada vez mais a população no Litoral, as Instituições de Ensino Superior, aí localizadas, vão ficar ainda mais favorecidas na escolha por parte dos alunos, visto as respectivas famílias gastarem menos dinheiro, mantendo os filhos nas escolas próximas, do que deslocando-os para escolas do interior.

Quanto ao segundo ponto, ele não seria questionável, se o nosso país não fosse tão desigual, se 50% da riqueza não estivesse concentrada em 5,3% do território, em 7% dos municípios e destes 85% concentrados na Área Metropolitana de Lisboa e se o Distrito de Bragança não fosse tão débil em termos empresariais. O IPB poderia, em cenário economicamente mais favorável, com facilidade, encontrar na relação com a envolvente social e económica condições de competitividade e rápida adequação aos novos desafios.

Existem, pois, elevados riscos de ao colocar as instituições a competir em condições muito desiguais, as que se localizam no interior do país, caso do IPB, serem duramente atingidas, com reflexos muito negativos na coesão social e económica. A especialização do Instituto Politécnico, ao nível da formação inicial, exige uma relação muito forte com a actividade económica e, por isso, é preciso que ela tenha dimensão e qualificação. Por outro, ao tender a reduzir a procura dos alunos, nas instituições do interior, obriga a que, no espaço de captação, se exibam alguns argumentos competitivos de que não é fácil dispor.

Por isso, Senhor Ministro, para que as assimetrias não se agravem, para que esta Cidade de fronteira possa progredir, desempenhar um papel activo no quadro da cooperação transfronteiriça, da construção do mercado ibérico, com argumentos próximos daqueles de que actualmente dispõem as cidades espanholas próximas, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> o necessário apoio ao Instituto Politécnico e o fim do bloqueio ao investimento.

6. Portugal não pode viver em Lisboa como se parte do país não existisse. Importa que seja assumida uma atitude descentralizadora por parte do Estado, aproveitando a iniciativa e energia dos cidadãos e das instituições. Não é possível sustentar projectos de desenvolvimento se o IPB

vier a ser fragilizado e se uma política de choque em termos económicos, não for adoptada para reverter o declínio demográfico desta região.

Durante quatro anos reflectimos e trabalhámos, com equipas técnicas, a visão para o concelho, hoje política e tecnicamente consolidada, cientes de que Bragança tem condições muito favoráveis para se afirmar na visão de ecocidade moderna, capaz de atrair pessoas e investimento qualificado, apostando num modelo de desenvolvimento em torno do conceito eco, em quatro vertentes: eco-turismo (cultural e de natureza); eco-energia; eco-construção e produtos tradicionais.

O objectivo estratégico de transformar Bragança numa cidade eco-polis, projecto piloto nacional, tornando a cidade num modelo, pioneiro no país, poderá atrair investimento e pessoas que necessitem de um campo de ensaio para a aplicação de novos conceitos e tecnologias ligadas a estes temas. Esta estratégia estaria alinhada com a política europeia e nacional em matéria de ambiente e energia.

A definição de Bragança como espaço eco sustentável, permitiria mobilizar actores empreendedores e inovadores, criar efeito de alavancagem de novas oportunidades de negócio, através da definição de um conjunto de projectos, que captem parceiros tecnológicos e de desenvolvimento, nacionais e internacionais, e contribuam para a criação de empresas de base tecnológica locais, apoiadas localmente numa ampla parceria de interface entre as instituições tecnológicas e as empresas, é a tarefa imediata que nos propomos desenvolver, tendo o Instituto Politécnico como parceiro privilegiado.

Pretendemos iniciar a implementação desta visão, com a estruturação da parceria e modelo de construção e gestão de um Centro de Inovação, Investigação e Acolhimento Empresarial e Área de Localização Empresarial, tendo como áreas científicas, tecnológicas e de inovação prioritárias: ambiente e energia; agro-alimentar e tecnologias de informação e comunicação, projecto que terá como potenciais impactos: a criação de valor; a geração de emprego; o aumento do nível de instrução média e o acréscimo de população residente.

Senhor Ministro, precisamos de muita ajuda, precisamos de si, para trabalhar os pilares essenciais desta visão: o financiamento e os projectos estruturantes; o mercado e as empresas promotoras; a rede internacional de competências e a criação de uma rede internacional eco-polis. Para isso, solicito a Ex.<sup>a</sup> que através do seu gabinete, nos disponibilize apoio político, institucional e técnico, e que o projecto seja considerado de interesse nacional.

Cara amiga, Rosália Vargas, o nosso agradecimento pelo apoio; Senhor Ministro, agradeço pelo apoio concedido e que pelo que nos vier a disponibilizar.

Município de Bragança, 30 de Junho de 2007

António Jorge Nunes